

Requerimento

REGISTO N.º	
CLASSIFICAÇÃO	
PROCESSO N.º	
DATA DE REGISTO	
AUTOR DO REGISTO	

Coesão Social

Concurso por Sorteio para Atribuição de Habitações em Regime de Arrendamento Apoiado de 26 fogos

**Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Olhão**

REQUERENTE

Nome*				
NIF (Id. fiscal)*				
Endereço*				
N.º	Lote, andar, etc.			
Freguesia				
Código Postal*				
País				
Telefone(s)				
E-mail				
Utilizador ViaCTT	Caixa Postal Eletrónica			
<input type="checkbox"/> Cartão de Cidadão	<input type="checkbox"/> Bilhete de Identidade	<input type="checkbox"/> Passaporte	<input type="checkbox"/> Autorização de Residência	
N.º Ident. civil*			Válido até*	
Na qualidade de	<input type="checkbox"/> Proprietário/a	<input type="checkbox"/> Donatário/a	<input type="checkbox"/> Usufrutuário/a	<input type="checkbox"/> Comodatário/a
	<input type="checkbox"/> Arrendatário/a	<input type="checkbox"/> Superficiário/a	<input type="checkbox"/> Trespasário/a	<input type="checkbox"/> Cessionário/a
	<input type="checkbox"/> Se Outro, qual?			

REPRESENTANTE

Nome				
NIF (Id. fiscal)				
Domicílio/Sede				
N.º	Lote, andar, etc.			
Freguesia				
Código Postal				
País				
Telefone(s)				
E-mail				
Utilizador ViaCTT	Caixa Postal Eletrónica			
<input type="checkbox"/> Cartão de Cidadão	<input type="checkbox"/> Bilhete de Identidade	<input type="checkbox"/> Passaporte	<input type="checkbox"/> Autorização de Residência	
N.º Ident. civil			Válido até	
Na qualidade de	<input type="checkbox"/> Representante legal	<input type="checkbox"/> Mandatário	<input type="checkbox"/> Gestor/a de Negócios	
	<input type="checkbox"/> Se Outro, qual?			

CÓDIGOS DE ACESSO ONLINE

Certidão Permanente de Registo de Procurações

Certidão Permanente de Registo Comercial

Outro Código de Acesso Online

- De que documentação se trata?

REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (RGPD)

1. Os dados pessoais recolhidos neste pedido são necessários, única e exclusivamente, para dar cumprimento ao disposto no artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril (Medidas de Modernização Administrativa) e/ou ao previsto na legislação específica aplicável ao pedido formulado;

2. O tratamento dos dados referidos no ponto 1. por parte do Município respeitará a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais e será realizado com base nas seguintes condições:

Responsável pelo tratamento – Município;

Finalidade do tratamento – Cumprimento de uma obrigação jurídica (CPA e/ou de legislação específica aplicável ao pedido formulado) ou necessário ao exercício de funções de interesse público;

Destinatário(s) dos dados – Serviço municipal com competência para analisar ou intervir no pedido, de acordo com a orgânica municipal em vigor;

Conservação dos dados pessoais – Prazo definido na legislação aplicável ao pedido.

3. Para mais informações sobre as práticas de privacidade do Município consulte o nosso site em <http://www.cm-olhao.pt/>;

4. Os documentos apresentados no âmbito do presente pedido são documentos administrativos, pelo que o acesso aos mesmos se fará em respeito pelo regime de acesso à informação administrativa e ambiental e reutilização dos documentos administrativos (Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto).

Consentimento,

*O(A) subscritor(a), sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade e que tomou conhecimento que cumpre todas as obrigações legais e regulamentares identificadas..

Eventuais consentimentos para outras finalidades no âmbito do RGDP.

Responsável pela Direção do Procedimento

Nome **Divisão de Coesão Social**

Contacto 289700100

E-mail

concursohabitacao@cm-olhao.pt

Gestor do Procedimento

Nome **Divisão de Coesão Social**

Contacto 289700100

E-mail

concursohabitacao@cm-olhao.pt

Responsável pela proteção de dados

Nome **MUNICÍPIO DE OLHÃO**

Contacto 289700100

E-mail

geral@cm-olhao.pt

A PREENCHER NO CASO DE ATENDIMENTO PRESENCIAL

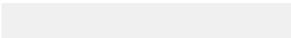
Para o efeito, exhibe os seguintes documentos:

1. Documento de identificação: Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte;
2. Comprovativo na qualidade de representante legal: Procuração ou outro(s) documento(s) que confira a representação, se aplicável.

- Conferi a identificação do/a Requerente/ Representante, através dos documentos de identificação;
- Validei a conformidade da assinatura de acordo com o documento exibido;

(O/A Trabalhador/a)

Pede deferimento,

Olhão, 

O/A Requerente - O/A Representante

Assinatura do/a requerente ou de outrem a seu rogo, se o mesmo não souber ou não puder assinar

ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS

Para o efeito, junta os seguintes documentos:

- 1 461 Comprovativo de Legitimidade: Outro documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação
- 2 464 Certidão do Registo Comercial ou Código de Acesso à Certidão Permanente, se Pessoa Coletiva
- 3 112 Exibição/Cópia do cartão de cidadão ou bilhete de identidade e número de identificação fiscal, do/a candidato/a e dos restantes elementos do agregado familiar
- 4 113 Cópia do Título de Residência que habilite o/a candidato/a a permanecer legalmente em território nacional, se aplicável
- 5 163 Certidão emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira, há menos de 1 mês, que comprove o domicílio fiscal do/a candidato/a no concelho de Olhão há 5 (cinco) ou mais anos
- 6 164 Certidão emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira, há menos de 1 mês, que comprove quais as pessoas que compõem o agregado familiar
- 7 165 Atestado emitido pela Junta de Freguesia, há menos de 1 mês, que comprove quais as pessoas que compõem o agregado familiar, exclusivamente para quem esteja dispensado de apresentar a Declaração de Rendimentos
- 8 115 Cópia da sentença judicial ou outro documento idóneo do qual conste a decisão da regulação das responsabilidades parentais, no caso de menores sob tutela judicial
- 9 166 Comprovativo de atribuição de estatuto de vítima de violência doméstica, se aplicável
- 10 121 Cópia do Atestado Médico de Incapacidade Multiusos, onde conste o grau de incapacidade, no caso de portadores de incapacidade permanente
- 11 167 Certidão emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira, há menos de 1 mês, que comprove a inexistência de bens imóveis em nome do/a candidato/a e dos demais elementos do agregado familiar
- 12 168 Cadernetas prediais de bens imóveis dos elementos do agregado familiar, se os mesmos não se adequarem a satisfazer o fim habitacional, se aplicável
- 13 117 Certidão emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira, há menos de 1 mês, que comprove que o/a candidato/a e restantes elementos do agregado familiar, maiores de 18 anos, têm a sua situação tributária regularizada ou em alternativa poderá conceder autorização ao Município para efetuar a consulta on-line, mediante a entrega do respetivo comprovativo
- 14 118 Certidão emitida pelo Instituto da Segurança Social, há menos de 1 mês, que comprove que o/a candidato/a e restantes elementos do agregado familiar, maiores de 18 anos, têm a sua situação contributiva regularizada ou em alternativa poderá conceder autorização ao Município para efetuar a consulta on-line mediante a entrega do respetivo comprovativo
- 15 122 Cópia da última Declaração de Rendimentos (IRS), acompanhada da nota de liquidação ou cobrança, de todos os elementos do agregado familiar que tenham efetuado a sua entrega
- 16 123 Certidão emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira que comprove a não entrega da Declaração de Rendimentos, no ano anterior, no caso de não estar obrigado/a à sua apresentação

- 17 125 Cópias de todos os recibos emitidos no ano civil da entrega do requerimento, devendo justificar falhas na sequência numérica dos recibos apresentados, no caso de trabalhadores/as independentes
- 18 169 Cópia do contrato de trabalho e do último recibo de vencimento, no caso de trabalhadores/as dependentes, sem declaração de IRS do ano anterior
- 19 126 Declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social, ou de outra entidade, onde conste o valor auferido proveniente de pensões (velhice, invalidez, sobrevivência, ou outras), no caso de pensionistas sem declaração de IRS do ano anterior
- 20 127 Declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social com a identificação e os valores auferidos (complemento solidário para idosos, subsídio desemprego ou social de desemprego, complemento por dependência, prestação social para a inclusão, subsídio de doença ou outros) no caso de beneficiários/as de prestações sociais
- 21 98 Declaração emitida pela Segurança Social, onde conste o montante da prestação mensal auferida e a identificação dos elementos do agregado familiar que estão incluídos, no caso de beneficiários/as de rendimento social de inserção (RSI)
- 22 128 Declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social que comprove que não é beneficiário/a de qualquer prestação social, no caso de desempregados/as
- 23 129 Declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social com a indicação que não consta com registo de remunerações, no caso de desempregado/as ou pensionista que não beneficia de qualquer prestação social
- 24 999 Outro(s) documento(s)

Notas:

- 1) O formulário deve ser instruído com os elementos instrutórios, acima indicados, organizados pela ordem supra indicada, numerados e devidamente rubricados.
- 2) A não entrega dos elementos instrutórios, deve ser fundamentada na Caixa de Observações.
- 3) No caso de possuir Códigos de Acesso Online deverá preencher na Caixa correspondente.